

## A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA POR APROXIMAÇÃO OU COMO RITUAL ESTRATÉGICO

### JOURNALISTIC OBJECTIVITY BY APPROXIMATION OR AS A STRATEGIC RITUAL

Rafael da Silva Paes Henriques\*

#### RESUMO:

Este artigo apresenta dois posicionamentos teóricos possíveis frente à questão da objetividade jornalística: a *intersubjetividade* (MEYER, 1989; SPONHOLZ, 2009) e a *objetividade como ritual estratégico* (TUCHMAN, 1999). Por meio de revisão crítica de literatura do gênero narrativa, é possível observar que esses são dois caminhos possíveis e bastante distintos para se responder o que está em jogo quando o jornalista reivindica a objetividade para si. No primeiro, é preciso discutir, antes de qualquer coisa, o fundamento ontológico do mundo em que vivemos e qual é a melhor maneira de se conhecer a realidade. Na segunda perspectiva, o jornalista segue uma série de procedimentos, não porque assim acredita que vai acessar a objetividade, mas porque essa metodologia é um modo de defesa contra os riscos da profissão. Como resultados, podemos indicar que, no *intersubjetivismo*, o compromisso da atividade jornalística é com os acontecimentos, independentemente de interpretação subjetiva. A presença de variados pontos de vista é, na verdade, uma estratégia de aproximação com o que ocorreu. Como não resulta de nenhuma compreensão ontológica da existência, para o *ritual estratégico*, o que importa quando se trata de objetividade, é o jornalista se resguardar da exposição e deixar que os fatos “falem por si mesmos”, como se isso fosse uma operação possível. É nesse sentido que se evidencia a importância de embasamento ontológico na antiga, e ainda pertinente, discussão sobre objetividade jornalística.

#### PALAVRAS-CHAVE:

Objetividade jornalística, intersubjetividade, ritual estratégico.

\* Doutor em Filosofia pela UFRJ e Pós-Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. É professor no Departamento de Comunicação Social da UFES e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, na mesma Universidade. E-mail: rafaelpaesh@gmail.com

**ABSTRACT:**

This article presents two theoretical approaches to the issue of journalistic objectivity: *intersubjectivity* (MEYER, 1989; SPONHOLZ, 2009) and *objectivity as a strategic ritual* (TUCHMAN, 1999). By means of a critical literature review, this study shows that these are two possible and quite distinct ways of answering what is at stake when journalists claim objectivity for themselves. The first approach entails a discussion about the ontological foundation of the world we live in and the best way to know reality. In turn, the second involves a series of procedures that journalists follow - not because they believe they will access objectivity, but because this methodology functions as a means of defending the risks of the occupation. The results indicate that, in *intersubjectivism*, the journalistic activity is committed to events, regardless of subjective interpretation; the presence of different points of view is a strategy to approach the event. As such an approach results from no ontological understanding of existence, the *strategic ritual* is concerned with the journalist's withdrawal from the exhibition, thus letting the facts "speak for themselves," as if this was a possible operation. These findings evince the importance of an ontological basis in the old - and still pertinent - discussion on journalistic objectivity.

**KEYWORDS:**

Journalistic objectivity, intersubjectivity, strategic ritual.

**INTRODUÇÃO**

No dia 11 de março de 2019, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), esteve na Assembleia Legislativa do Estado (Ales) para apresentar aos deputados as ações previstas no planejamento estratégico para seu recém-iniciado mandato de quatro anos. Da tribuna da Casa, o chefe do executivo qualificou de "precária" a herança que recebeu do governo anterior, liderado por um ex-aliado, o economista Paulo Hartung (sem partido). Casagrande resumiu as condições nas quais recebeu o Estado com as seguintes palavras: "Não é exagero dizer que a situação que encontramos superou muito as avaliações mais pessimistas" (VALFRÉ, 2019, n.p.).

No mesmo dia, às 16h47, uma notícia publicada pelo site jornalístico *Gazetaonline* reproduziu a declaração do governador, destacando que as críticas se concentraram nas condições de infraestrutura de equipamentos públicos do Estado: "Citou a situação dos

terminais do Transcol, da Segunda Ponte, dos hospitais e da sede do Instituto Estadual do Meio Ambiente (lema). Também reclamou das condições dos presídios, do Iases e do Departamento Médico Legal (DML)” (VALFRÉ, 2019, n.p.). Devido às incertezas na política e na economia no âmbito nacional, Casagrande também declarou que não tinha condições de assumir compromisso de melhorias salariais do funcionalismo público naquele momento.

Além da transcrição da avaliação do chefe do executivo, a notícia destacou que a única pergunta capaz de “fazer o governador sair da zona de conforto” foi feita pelo deputado Sergio Majeski, do mesmo partido de Casagrande. O parlamentar perguntou sobre a indicação política para cargos importantes, numa referência à escolha do dirigente do PSB, Luiz Carlos Ciciliotti como conselheiro no Tribunal de Contas do Estado, já aprovada pela própria Assembleia. O governador se defendeu, argumentando que nem toda indicação política é desqualificada, e acrescentou que criticar a militância partidária é desqualificar a representação.

Depois do intertítulo: “Governo anterior rebate”, a notícia se encerrou com a reprodução de parte de uma nota enviada por um representante da gestão anterior do executivo estadual, como forma de dar voz ao “outro lado” da história, cumprindo com o princípio do contraditório. No texto, o ex-secretário estadual de Planejamento, Regis Mattos, garantiu que:

O governo Paulo Hartung não foi um dos melhores do país. Foi o melhor do país em contas organizadas e também ganhou destaque em suas políticas sociais, como na área da educação - onde conquistou o posto de melhor ensino médio do país. Também alcançamos a menor taxa de homicídios dos últimos 29 anos. O Estado foi entregue com recursos livres em caixa. Há, também, recurso orçamentário e financeiro para conceder reajuste ao funcionalismo (VALFRÉ, 2019, n.p.).

Em resumo, a notícia reportou uma pequena parte do que foi discutido na Ales, atribuindo interesse jornalístico aos confrontos entre Casagrande e Hartung e entre os representantes dos atuais poderes executivo e legislativo. Ao destacar as críticas do governador à herança que recebeu e reproduzir a resposta da equipe de governo anterior, o jornalista se limitou a repetir os argumentos dos envolvidos, sem entrar no mérito do que foi apresentado por ambos os lados. O estado de conservação dos equipamentos de infraestrutura do Estado, por exemplo, é uma informação passível de ser verificada objetivamente na realidade, como provam outras reportagens publicadas pelo próprio

*Gazetaonline*, mas a notícia se resumiu à apresentação da lista dos equipamentos que supostamente estariam em condições precárias.

A Segunda Ponte é objeto de uma seção especial no próprio site, que reúne as diversas notícias que dizem respeito à ponte. Em destaque, duas reportagens, realizadas pouco antes das críticas do atual governador, apontavam, justamente, a necessidade de manutenção urgente no equipamento: “MPF pede esclarecimentos ao Dnit sobre manutenção da Segunda Ponte”, publicada no dia 14 de fevereiro de 2019, e “Segunda Ponte: um ano após laudo que aponta riscos, DER promete obras”, do dia 5 de fevereiro de 2019. Não há nenhuma referência, nem mesmo link, para esses conteúdos, na notícia sobre a ida do governador à Assembleia, nem nenhuma outra tentativa de verificar ou mesmo discutir e problematizar as declarações de cada um dos lados do “conflito”.

Esse tipo de reportagem não é um caso isolado. Muitas vezes, os fatos de importância jornalística não passam de declarações de personalidades que ocupam importantes funções no poder público. O problema é que, frequentemente, não há tempo hábil para se verificar se o que está sendo dito por uma autoridade é mesmo verdade antes do jornal circular no dia seguinte, ou antes de se publicar a notícia. Em alguns casos, o número de pessoas a serem ouvidas, e de dados a serem verificados, depois de muitas acusações de cada lado da questão, podem ser demasiadamente elevados, tornando inviável a sua apuração.

No nosso exemplo, seria preciso, além de ouvir “o outro lado”, verificar *in loco* as condições de infraestrutura de todos os equipamentos públicos citados pelo atual governador. Para melhor compreensão da questão orçamentária, também se faria necessário procurar o Tribunal de Contas do Estado, a comissão de orçamento da Assembleia e até mesmo economistas independentes para se tentar definir, afinal, o que significam contas desequilibradas, ainda mais em se tratando de um tema tão sensível atualmente como o do equilíbrio fiscal, muito utilizado como álibi para arrocho salarial de servidores e cortes em investimentos sociais.

Quando o governador do estado, setenta dias após assumir o cargo, afirma que recebeu do governo anterior uma herança precária, e não é possível ao jornalista acesso aos dados a tempo de publicá-los, para certo entendimento da atividade jornalística, restaria incluir na reportagem a versão do governo anterior. A gestão passada pode negar a situação, como no nosso exemplo, e afirmar que, antes de sair, deixou dinheiro em caixa para honrar todos os compromissos e ainda para dar reajuste aos servidores;

além de garantir ter cumprido inúmeras realizações com excelência. Publicando ambas as versões, o jornalista “objetivo” estaria supostamente permitindo ao leitor que ele assumira qualquer um dos posicionamentos, ou seja, que ele decida, por si só, quem está dizendo a verdade.

Muitos autores criticam bastante a crença nessa estratégia como promotora de objetividade, sobretudo porque ela não garante acesso ao que, de fato, está acontecendo ou que ocorreu; e a tarefa primordial do jornalismo é justamente essa: dar conta do que está, efetivamente, se realizando. Numa leitura rasa, o problema da objetividade jornalística pode parecer estar restrito a uma questão extremamente prática, já que faz parte do cotidiano de todo profissional da informação. Entretanto, a mínima reflexão sobre o tema revela que o assunto possui, na verdade, um fundo filosófico evidente e passa, necessariamente, pela tentativa de responder o que é o real com o qual nos relacionamos e qual é a possibilidade e a melhor maneira de acessá-lo. Problemas de ordem ontológica e epistemológica, com larga tradição na Filosofia, mas que também são discutidos por autores da área de Teorias do Jornalismo.

Neste último campo, podemos destacar os trabalhos de Amaral (1996), Gauthier e Costa (2015) e Tambosi (2003) como representantes do chamado “realismo”, perspectiva que defende a necessidade e a possibilidade do jornalismo representar fielmente os fatos, “em si mesmos”, de interesse da atividade. Genro Filho (2012) e Moretzsohn (2000, 2007) respondem ao problema da objetividade jornalística a partir da *dialética*, perspectiva na qual conhecer os fatos jornalísticos implica não somente revelar, mas também, ao mesmo tempo, interpretar o real com o qual nos relacionamos, entendimento que desloca um pouco qual seria a tarefa fundamental do jornalismo.

Neste artigo, vamos apresentar e discutir outros dois posicionamentos teóricos possíveis frente à questão da objetividade jornalística: a *intersubjetividade* e a objetividade como *ritual estratégico* de defesa dos jornalistas. Esses são dois caminhos possíveis, e bastante distintos, de se responder o que está em jogo quando o jornalista reivindica a objetividade para si. No primeiro, é preciso avaliar, antes de qualquer coisa, o fundamento ontológico do mundo em que vivemos e qual é a melhor maneira de se conhecer a realidade. Na segunda perspectiva, o jornalista segue uma série de procedimentos, não porque assim acredita que vai acessar a objetividade, mas porque essa metodologia é um modo de defesa contra os riscos da profissão.

A metodologia deste trabalho é a revisão crítica de literatura, do tipo narrativa, cujo objetivo não é esgotar as fontes de informação e na qual não há uma estratégia exaustiva de busca por trabalhos anteriores. Partimos de uma revisão nossa anterior (HENRIQUES, 2019) mais ampla e completa, que teve o objetivo de classificar as respostas para o problema da objetividade, entre os autores em língua portuguesa, para, aqui, detalhar e discutir teoricamente os fundamentos e as consequências de duas formas, tipificadas anteriormente, e muito frequentes de se entender o que significa ser objetivo jornalisticamente.

A intenção deste artigo não é realizar uma análise pormenorizada de um corpus específico de material jornalístico. A discussão apresentada é de ordem conceitual, no sentido de procurar explicitar os princípios ontológicos, epistemológicos e metodológicos que estão por trás dessas duas respostas para o problema da objetividade. Dessa maneira, a notícia sobre a ida do governador à Assembleia vai funcionar mais como ilustração de possíveis reflexos visíveis de embasamentos teóricos do que como um conjunto de dados a serem examinados e investigados sistematicamente.

## **A OBJETIVIDADE POR APROXIMAÇÃO. O CAMINHO INTERSUBJETIVO**

Numa primeira perspectiva, o fundamento da realidade, ou seja, a origem de todos os fenômenos, é a separação entre sujeitos e objetos, sem se questionar a autonomia e independência desses substratos. Nesse horizonte de interpretação, apesar do conhecimento ser considerado uma operação viável, nunca nos é possível acessar a objetividade nela mesma, separada e independentemente de sujeito, restando como concepção de método mais adequado não mais aquele que apreende a “coisa em si mesma”, mas o que permite que o jornalista se aproxime o máximo possível dessa realidade primeira. Pertencem a essa resposta para o problema da objetividade, claro que cada um guardando algum grau de especificidade, entre outros autores, Sponholz (2009) e Meyer (1989).

Sponholz (2009) reafirma a necessidade da busca pela objetividade no jornalismo na tentativa de fugir de certos subjetivismos, ou seja, do arbítrio e de abusos do sujeito, que poderiam até vir a colocar em xeque a própria determinação do que é verdade e do que não é. Para a autora, é certo que nem tudo o que se noticia está no nível do plenamente verificável, ou seja, há uma dimensão da produção jornalística que implica em certa interpretação da realidade. O “como” e o “porquê” certos fatos jornalísticos se realizaram, por exemplo, está mais localizado no campo da explicação do que na

simples constatação de acontecimentos. Mesmo assim, para Sponholz, é dever do jornalista procurar meios e métodos de aproximação da realidade objetiva.

É claro que há questões que não envolvem um nível factual, de forma que não se pode dizer se estão corretas ou falsas. No entanto, mesmo para as perguntas como e por quê, que envolvem o nível interpretativo, há ainda a possibilidade de aproximar-se da realidade ao procurar-se mais de uma explicação, ou seja, ao ouvir os dois lados (SPONHOLZ, 2009, p. 179).

Seus resultados se aproximam bastante dos trabalhos de Gomes (2009) e Guerra (2008), na medida em que Sponholz também defende a *intersubjetividade* como caminho mais correto para a operação de conhecimento, já que permite que, por meio dela, se chegue o mais próximo possível da objetividade em “si mesma”, separada e independente do sujeito que conhece.

Mesmo que esse sujeito precise desempenhar um papel bastante ativo no processo de conhecimento, o que ele vai procurar é o que lhe é externo, o que está fora e que tem uma natureza não somente diferente, mas também oposta daquilo que ele mesmo é. Nesse sentido, para ser objetivo, o sujeito não deve ser passivo nem neutro, mas deve investigar com rigor, método e precisão, sem ter como objetivo dar conta de maneira final e cabal do que aconteceu, já que isso é impossível. No horizonte de Sponholz, ninguém é dono da verdade, mas o sujeito do conhecimento tem a obrigação de tentar se aproximar o máximo possível dela. É claro que isso vale também para os jornalistas, uma vez que sua tarefa é justamente reportar, de modo verdadeiro, o que ocorre.

A autora define objetividade justamente como sendo a busca de uma semelhança estrutural entre o que aconteceu e as narrativas midiáticas realizadas *a posteriori*.

Objetividade deve, portanto, ser entendida como uma adequação de uma representação à realidade. Neste contexto, o conceito se refere à relação entre a realidade social (primária) e midiática (secundária) e contém uma determinada concepção (epistemológica) de verdade, a de verdade como correspondência (BENTELE, 2008 apud SPONHOLZ, 2009, p. 18-19).

Nesse sentido, em tudo o que acontece, há uma verdade pré-posta e pré-determinada, ou seja, existe uma realidade pronta para ser descoberta e cuja determinação é anterior a qualquer que seja a relação com o sujeito que conhece. Isso quer dizer que, quando os jornalistas procuram acessar os acontecimentos de interesse jornalístico, a natureza daquilo que pretendem descobrir já está pronta, já tem uma determinação final, e a tarefa desses profissionais é justamente desvelar essa realidade. Isso é o que a concepção de verdade como correspondência traz como consequência filosófica: para

serem verdadeiras, as sentenças do sujeito devem estar em uma relação de correção com aquilo cuja essência pode e deve ser determinada, por meio do melhor caminho, do melhor método de conhecimento.

O estabelecimento de uma correspondência entre ambas as realidades pressupõe não somente a existência, como também o [alguma forma de] acesso à realidade primária. Neste ponto, esta concepção de objetividade distancia-se de uma posição construtivista radical, segundo a qual esse acesso não é possível (FRÜH, 1994; HALLER, 1993 apud SPONHOLZ, 2009, p. 19).

Sem a crença em alguma forma de acesso à objetividade, sem que se acredite na possibilidade de alguma maneira de alcance, ou ao menos de aproximação da realidade primária, restaria ao sujeito do conhecimento um papel ainda muito mais ativo no processo, de construção do próprio objeto, uma vez que ele não teria existência anterior e independente do sujeito que o constrói. Por um lado, a autora se afasta definitivamente da perspectiva construtivista radical na medida em que aposta na possibilidade da correspondência entre o que se diz e o que efetivamente aconteceu. Por outro lado, Sponholz também se distancia da perspectiva do espelho, em que o sujeito do conhecimento consegue se anular completamente, desempenhando apenas a função neutra e imparcial de mediação entre a realidade e o público consumidor de informação. “Neste sentido, o resultado de um processo de conhecimento não é nem espelhamento, nem invenção ou construção [totais], mas sim uma reconstrução da realidade” (BENTELE, 1993, p. 160 apud SPONHOLZ, 2009, p. 19). Essa reconstrução não segue o arbítrio do sujeito, mas, de uma maneira ou de outra, precisa contar, fundamentalmente, com uma operação que só pode ser levada a cabo por ele.

Sem apresentar os princípios e qualquer discussão de base filosófica mais profunda para o problema da adequação do relato midiático à realidade, Meyer (1989) adota o mesmo entendimento para o problema da objetividade. A partir de uma pesquisa realizada com jornalistas, o autor conclui que a objetividade é vista como uma tarefa de reconhecida importância para todo editor jornalístico.

Apesar de reconhecer que o problema da objetividade é complexo demais para respostas fáceis, e como o referido trabalho de Meyer se dedica a explicitar a maneira mais correta como devem agir os jornalistas, o autor apresenta algumas regras que todos os jornalistas precisariam cumprir, frente ao complexo problema de ordem ética que a objetividade representa, na tentativa de “minimizar os danos” (1989, p. 81, grifo nosso). Isso quer dizer que essas regras nunca seriam capazes de resolver definitivamente a



questão, mas serviriam como um importante esforço de aproximação da objetividade, que para o autor, segue sendo a meta de todo trabalho jornalístico. É nesse sentido que os trabalhos de Meyer e Sponholz se localizam no mesmo grupo de respostas para o problema da adequação dos textos jornalísticos à realidade. Nessa perspectiva, ontologicamente a realidade se organiza desde a separação entre sujeito e objeto, e conhecer seria, por excelência, conhecer a objetividade com o mínimo de interferência possível do sujeito que conhece.

Meyer descreve que a primeira dessas regras é consequência do que determina a primeira emenda da Constituição estadunidense, e estabelece que o repórter não deve ser “perturbado por expectativas prévias, juntando observações e passando-as adiante intocadas por interpretações” (MEYER, 1989, p. 82). Como se fosse possível ao jornalista tornar-se uma espécie de “homem de marte”, que nada espera e nada sabe previamente sobre o que vai noticiar. Seria como se o seu relato pudesse estar para o usuário da notícia, como a própria percepção individual é para o sujeito. O autor não acredita na possibilidade dessa mediação imaculada, e é por isso que desenvolve seu argumento justamente na direção dos estereótipos, esquemas prévios de entendimento, descritos por Walter Lippmann, em 1922.

Para Lippmann, não conseguimos nos relacionar com a realidade “sem alguns meios de selecionar, reordenar, e traçar padrões em seus elementos” (MEYER, 1989, p. 82), sendo assim, mesmo que o jornalista procure espelhar a realidade “em si mesma” no texto jornalístico, essa realidade já é apreendida pelos sentidos do sujeito a partir de certos modelos de percepção. Aliás, nesse horizonte, toda apreensão do mundo em que vivemos seria realizada a partir dessas simplificações que guiam as interpretações, reduzindo o real e tornando possível todo e qualquer conhecimento. É exatamente por isso que muitas vezes os jornalistas não enxergam algo novo, apesar de o ineditismo ser um valor notícia tão caro à atividade. Ou pior ainda: desde certos modelos de percepção, os jornalistas podem até mesmo distorcer a realidade para fazê-la se encaixar em seu guia interpretativo.

Como exemplo de percepção equivocada por parte dos jornalistas, Meyer esclarece que antes do movimento de direitos civis dos anos 1960 nos Estados Unidos da América, a imprensa estadunidense reduzia os crimes a uma “relação rotineira de nomes e acusações se tanto a vítima ou o acusado eram negros” (MEYER, 1989, p. 83). É claro que esse “modo de ver” construiu a naturalização e a banalização da violência entre a população

negra, como se a cobertura do varejo □ da singularidade de cada um dos casos □ fosse suficiente e não houvesse motivos para uma investigação jornalística criteriosa do atacado, isto é, uma cobertura que buscasse apontar as possíveis causas e as consequências da violência entre os negros, ou entre qualquer que seja a população envolvida com algum tipo de crime. Fenômeno semelhante pode ser observado na cobertura de violência da imprensa contemporânea brasileira, com destaque para os inúmeros telejornais policiais que se multiplicam tanto nas emissoras locais quanto de rede. O problema maior dos estereótipos, apontado pelo autor, é sua capacidade de impedir que o jornalista consiga enxergar as coisas como se fosse a primeira vez.

“O problema moral para os jornais é que ao se agarrarem tenazmente aos estereótipos populares que são *contrários aos fatos*, reforçam aqueles estereótipos e podem mesmo retardar a mudança social desejável ao negar-lhe reforço” (MEYER, 1989, p. 85, grifo nosso). Apesar de reconhecer a operação que os estereótipos põem em funcionamento no processo de recolha das informações, para Meyer, a realidade tem existência objetiva anterior a qualquer que seja a relação com um sujeito para quem se objetiva, uma vez que o autor nos alerta que esses modelos de percepção podem ser □ e muitas vezes são □ *contrários aos fatos*. Isso quer dizer, então, que, ontologicamente, primeiro existem os fatos e sua determinação essencial, pré-posta e pré-estabelecida, e, em um segundo momento, no contato com os jornalistas, entram em jogo os estereótipos que atuam como uma espécie de desvio da “coisa em si”. Esse círculo vicioso em que o mundo, de alguma maneira, se torna aquilo que os jornais dizem que ele é, impedindo até que a factualidade se manifeste por si mesma, só reforça aqui o imperativo ético que Meyer tanto tenta destacar. Fica claro no desenvolvimento de toda a argumentação que, mesmo com toda a complexidade de se querer algo dessa natureza, a “coisa em si” deve continuar sendo buscada por todo jornalista.

Meyer chega a apresentar e discutir também algumas regras práticas, isto é, normas de conduta para que se possa chegar o mais próximo possível dessa realidade primeira. O autor lista os cuidados e procedimentos exigidos para a necessária aproximação da objetividade, para que se possa minimizar a interferência subjetiva, apontando a existência de estratégias para a descontaminação do olhar sujo daqueles que se deixam levar pelo automatismo dos estereótipos. A regra da *atribuição*, por exemplo, determina que, por mais óbvia que seja, toda fonte deve ser devidamente identificada no texto jornalístico. O problema é quando o jornalista deixa de verificar, por si mesmo,

a realidade e se contenta em abrir e identificar as aspas de seu relato. A pergunta que fica é: isso o deixaria mesmo mais próximo da objetividade? Já a regra *obtenha-o-outro-lado da história* define que se a reportagem expõe alguma afirmação que não pode ser verificada e confirmada pelo jornalista na realidade objetiva, ele deve ouvir também os outros envolvidos na história a ser contada. A limitação dessa regra é que ela iguala todos os pontos de vista como tendo o mesmo peso na reportagem em questão, e não é garantia de que o relato verdadeiro será realmente apresentado.

Para as regras do *espaço e do acesso igual*, grupos conflitantes deveriam ocupar espaços equivalentes no noticiário e deveriam ter a mesma facilidade de acesso aos profissionais da redação, o que pressupõe que todos os pontos de vista são merecedores de crédito por parte dos jornalistas. A questão a se pensar é que, dependendo do modelo perceptivo, alguns grupos acabam sempre conseguindo mais visibilidade, seja por seus discursos serem mais adequadamente midiaticáveis, seja por causa de métodos mais eficientes de buscar noticiabilidade ao que os interessa.

Mesmo reconhecendo as limitações dessas regras, Meyer conclui a argumentação apostando e reforçando a objetividade não como meta alcançável em si mesma, mas, a exemplo de Sponholz (2009), como uma utopia a ser perseguida:

O fato de que uma objetividade literal é impossível não deveria desencorajar os jornalistas de lutar por ela. [...] A verdade dificilmente se encontra à mão, os fatos verificáveis são difíceis de descobrir e verificar, e é exatamente por isso que deveríamos tentar tão diligentemente e os jornalistas devem resistir à tentação de abandonar a luta e tentar algum caminho mais fácil (MEYER, 1989, p. 100).

A apresentação e discussão dos principais argumentos desses autores teve o objetivo de evidenciar as características de um mesmo posicionamento ontológico, epistemológico e ético frente ao problema da objetividade jornalística. A *intersubjetividade* é um caminho no qual a objetividade deve ser insistentemente perseguida, mesmo que o resultado não seja a revelação da coisa-em-si, isto é, ainda que a conquista da objetividade nela mesma seja inviável. Apesar disso, é dever do jornalista imprimir todos os esforços para tentar se aproximar dela o máximo possível. Resta ainda, como problema filosófico resultante desse posicionamento, a dúvida sobre como se pode ter a garantia de que se está o mais próximo possível daquilo cuja determinação nos é inacessível.

## A OBJETIVIDADE COMO RITUAL ESTRATÉGICO DE DEFESA DOS JORNALISTAS

Outro posicionamento frente ao problema da objetividade jornalística é resultado do trabalho da socióloga estadunidense Gaye Tuchman (1999). Em vez de realizar uma investigação no âmbito da ontologia ou da epistemologia, a autora descreve a questão da objetividade jornalística como sendo restrita a certo ritual estratégico da profissão. A socióloga defende a ideia de que, independentemente de qual for o modo de entendimento da natureza da realidade e da maneira considerada a mais adequada de se conhecê-la, os jornalistas são profissionais muito expostos a críticas, pressões quanto aos prazos e até mesmo a eventuais processos judiciais. Suas metodologias seriam, então, o resultado não necessariamente de uma crença na obtenção da verdade absoluta, mas apenas modos de defesa contra esses ataques, maneiras de se proteger dos riscos da profissão.

Tuchman chega a essa conclusão após realizar uma pesquisa como observadora participante em um jornal diário de circulação metropolitana com tiragem, na época, de cerca de 250 mil exemplares. Nessa investigação, ela procurou identificar as razões pelas quais os editores elogiavam ou criticavam as matérias escritas pelos repórteres, ou seja, os motivos pelos quais publicavam ou rejeitavam os conteúdos.

A conclusão do trabalho foi que “os jornalistas invocam procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas e para seguirem rotinas confinadas pelos ‘limites cognitivos da racionalidade’” (TUCHMAN, 1999, p. 75). Esses procedimentos funcionam como verdadeiros rituais, ou seja, a adesão dos participantes é obrigatória e as práticas representam um conjunto de modos de pensar e de agir que no final das contas pouco tem a ver com a finalidade pretendida. “Um ritual é analisado aqui como um procedimento de rotina que tem pouca relevância ou uma relevância tangencial para o fim procurado” (TUCHMAN, 1999, p. 75). Isso quer dizer que, na prática, os jornalistas pesquisados não evocam a noção de objetividade porque efetivamente acreditam que seguindo determinados procedimentos vão alcançar “os fatos em si mesmos”.

Como todo ritual, a questão não é nem mesmo teoricamente elaborada pelos profissionais da informação e o protocolo serve mais à finalidade de padronização dos modos de se reportar a realidade, uma maneira de agir como todo mundo age, com o propósito de mitigar pressões, prevenir ataques, críticas e até mesmo processos por difamação. Em resumo, Tuchman concluiu que, para os jornalistas investigados, a objetividade não

é uma questão filosófica; não existe uma compreensão profunda de objetividade partilhada pela comunidade jornalística, mas esse valor se resume a um ritual estratégico no qual se determinam a forma, o conteúdo dos relatos e até mesmo o modo como devem ser as relações interorganizacionais entre o jornalismo e o campo da política ou do judiciário, por exemplo.

Ele [o jornalista] tem de tomar decisões imediatas relativamente à validade, fiabilidade e “verdade” a fim de conhecer os problemas impostos pela natureza de sua tarefa - o processamento de informação que dá pelo nome de notícia, um produto de consumo depletivo feito diariamente. O processamento das notícias não deixa tempo disponível para a análise epistemológica reflexiva (TUCHMAN, 1999, p. 76).

Além da observação direta e da verificação dos fatos a serem noticiados, procedimentos que nem sempre podem ser realizados, Tuchman descreve quatro ações estratégicas que são exemplos das características formais que todo relato jornalístico deve ter para que o jornalista possa reivindicar a “objetividade” ao final de seu trabalho. Em primeiro lugar, a pesquisadora verificou que é preciso que a matéria apresente todas as possibilidades conflituais de um fato ou declaração. Como no exemplo da introdução deste artigo, muitas vezes os eventos de interesse jornalístico são declarações de pessoas que ocupam cargos importantes, cuja verificação é inviável, ao menos no mesmo dia em que viram notícia. Em outras oportunidades, há mais de uma versão sobre o mesmo acontecimento com relevância para o jornalismo. Segundo essa estratégia, a notícia precisa apresentar todas as interpretações possíveis para o mesmo fato ou declaração, isentando o jornalista de qualquer tomada de posição. Tuchman discorda totalmente da crença de que essa estratégia possa promover, efetivamente, a objetividade, sobretudo porque ela não garante acesso à verdade, ou seja, não é capaz de assegurar que o que realmente aconteceu seja reportado.

Outro atributo formal da notícia “objetiva” caracterizado por Tuchman é a apresentação de provas auxiliares. A necessidade de indicação de fatos que amparem as afirmações, de eventos concomitantes, de fatos paralelos ou concorrentes, que possam “naturalmente” ser considerados “verdadeiros”, foi muito apontada pelos editores como essencial para a qualidade (“objetividade”) da reportagem. É como se, com essa estratégia, os fatos falassem por si só e o jornalista se retirasse do produto jornalístico a cada vez que apresentasse uma prova auxiliar para validar o relato. Em um dos exemplos citados pela autora, constava em um obituário que o falecido era um “músico excepcional” e o editor apontou que faltava “objetividade” a essa referência. Quando

responderam-lhe que no relato constava também que o músico havia tocado com John Philip Sousa, o editor concordou com a qualificação do falecido no texto. É como se, com a apresentação de uma prova auxiliar, a adjetivação de “excepcional” deixasse de ser uma avaliação do autor do obituário e passasse a ser um fato incontestável. Para o editor, era evidente, por si só, que qualquer um que tenha se apresentado com John Philip só pode mesmo ter sido um profissional fantástico! “Se o repórter decidir falar pelos ‘fatos’, ele não poderá afirmar-se objetivo, ‘impessoal’, ‘imparcial’. [Porém,] Naturalmente, é assunto assente, do ponto de vista sociológico, de que os ‘fatos’ não falam por si” (TUCHMAN, 1999, p. 81). Com essa última objeção de cunho sociológico, Tuchman rejeita terminantemente a ideia de que a apresentação de provas auxiliares, de que a indicação de fatos “indiscutíveis”, tenha algum fundamento epistemológico, sendo apenas mera formalidade resultante do ritual estratégico dos jornalistas.

A terceira característica formal exigida pelos editores para que o relato jornalístico possa ser considerado “objetivo” é o uso correto das aspas. Esse atributo encontra justificativa em uma crença bastante similar ao atributo anterior. Por meio da citação de outras pessoas, envolvidas no fato jornalístico, os profissionais da informação acreditam que conseguem se retirar do relato, deixar de participar da notícia com qualquer que seja a avaliação ou opinião. Com essa estratégia, a interpretação do fato passaria a ser dos citados na reportagem e não do autor do relato. Desse modo, para os editores investigados por Tuchman, o uso judicioso das aspas também é capaz de deixar os fatos falarem por eles mesmos, constituindo-se como outra espécie de prova suplementar incontestável de que o que foi relatado é confiável e verdadeiro. “Ao acrescentar mais nomes e citações, o repórter pode tirar suas opiniões da notícia, conseguindo que outros digam o que ele próprio pensa” (TUCHMAN, 1999, p. 82).

O quarto atributo formal do relato jornalístico objetivo identificado por Tuchman talvez seja o mais controverso. Segundo esta exigência, as notícias devem ser organizadas de modo que a informação mais importante ou interessante de um acontecimento jornalístico seja apresentada no primeiro parágrafo do texto e os demais parágrafos devem desenvolver o relato sempre explicitando informações de importância e interesse decrescente, na forma de uma (simbólica) pirâmide invertida. A estruturação da informação numa sequência apropriada pressupõe que a definição da importância dos fatos e eventos a serem relatados seja uma operação neutra e transparente, como se o valor

e o peso de cada informação pertinente a um acontecimento não fossem resultado de uma interpretação do repórter, que distribui os pesos na hora de apurar e de escrever.

É por conta dessa crença que anteriormente afirmamos que essa é a característica formal apontada como estratégia de “objetividade” mais controversa. Quando apresenta pontos de vista contraditórios de um acontecimento, quando confirma e verifica fatos com o auxílio de fatos auxiliares ou quando faz uso judicioso das aspas, o jornalista parece mais claramente se esconder no relato; retirar-se do texto para dar lugar às opiniões das fontes, testemunhas, personagens, especialistas ou mesmo à apresentação dos fatos indiscutíveis, por eles mesmos. Acreditar na importância de uma informação independentemente de avaliação subjetiva de alguém é uma crença em uma operação bastante questionável, conforme nos aponta Tuchman:

[...] ele [o jornalista] é que é a pessoa responsável pelo lead da notícia. Não pode dizer que a escolha pertence a outra pessoa qualquer. O repórter só pode invocar o profissionalismo e afirmar que o lead é validado pelo *news judgement* [perspicácia profissional] (TUCHMAN, 1999, p. 83).

A autora nos indica que isso que chama de perspicácia profissional é, na verdade, mais uma estratégia de defesa que visa a aparentar uma suposta objetividade, mas que não é, de forma alguma, garantia de apreensão objetiva dos fenômenos. Os jornalistas se agarram à ideia de que a maneira mais correta de se estruturar a informação numa sequência apropriada pode concretamente ser atendida ao se ordenar a notícia de forma a responder às seis perguntas básicas de toda reportagem: o quê, quem, como, quando, onde e por quê. É como se o relato se escrevesse por si só, como se fosse óbvio o encadeamento lógico de qualquer acontecimento do mais importante ao menos importante ou interessante.

Só que, diferentemente do médium que psicografa a realidade de modo automático, do concreto ao mais abstrato, todo jornalista realiza uma operação de interpretação e “tradução” do que acontece e, nessa operação, é ele quem decide o que é mais importante e interessante. Inclusive, Tuchman afirma que diversos estudos anteriores já demonstraram que apesar de partilharem a crença na pirâmide invertida como forma de escolher o que é mais material para ser primeiramente relatado, os jornais diferem amplamente nas suas escolhas, de modo que um mesmo acontecimento é frequentemente relatado a partir de fatos não coincidentes.

Há também os atributos formais de objetividade do jornal como um todo, além dessas quatro características já apresentadas que devem estar presentes em cada uma das

notícias. Os jornalistas pesquisados por Tuchman apontaram, como outra estratégia para reivindicar a objetividade de seu produto, a separação existente entre o que é notícia e o que é análise ou opinião. As colunas, avaliações e artigos de especialistas ou personalidades, além do editorial, que traz a opinião do veículo sobre um determinado tema, aparecem em páginas específicas nos periódicos, ou quando dividem a mesma página com reportagens ditas “objetivas”, apresentam sempre uma linha separatória, um título de seção esclarecedor, como *Opinião*, por exemplo, além da clara identificação do autor do texto avaliativo. Essas seriam as formas de não misturar o que são os relatos de fatos “objetivos” com sua interpretação e análise pessoal.

Entretanto, apesar da importância que os jornalistas investigados atribuíam a essa separação, a autora alerta que “A questão ‘Em que difere a notícia objetiva da notícia de análise?’ veio a ser a mais difícil de todas as questões postas aos inquiridos durante os dois anos de pesquisa” (TUCHMAN, 1999, p. 85). Isso em parte prova que a separação talvez faça parte, não de uma crença em uma diferença efetivamente epistemológica de duas formas diferentes de acesso ou relação com o que está sendo noticiado, mas sim de mais uma manifestação do ritual estratégico da profissão.

Como resultado da investigação, Tuchman descobriu também que o chamado *news judgment*, ou perspicácia profissional, apresentava-se sempre como uma espécie de conhecimento sagrado evocado pelos jornalistas, constituindo-se como peça fundamental para uma série de decisões tomadas na pressa da estressante prática cotidiana da profissão.

Do ponto de vista dos jornalistas, as suas experiências com outras organizações durante um período de tempo validam o seu *news judgment* e podem ser reduzidos ao “senso comum”. Por “senso comum” os jornalistas entendem o que a maioria deles considera como verdadeiro, ou dado como adquirido (TUCHMAN, 1999, p. 87).

Tuchman chama a atenção para o fato de que, conforme o atributo formal das provas auxiliares já havia indicado, alguns conteúdos são aceitos pelos jornalistas como fatos, desde que façam sentido dentro do que já é sabido ou suposto pelo maior número de pessoas possível, isto é, pelo senso comum. É a perspicácia profissional que determina o que faz ou o que não faz sentido de ser publicado, o que faz parte ou não do senso comum. Desse modo, além dos atributos formais e das relações interinstitucionais citadas anteriormente, o ritual estratégico da “objetividade” define os conteúdos “objetivos” com base no senso comum.



A título de conclusão, Tuchman aponta fortemente para a insuficiência dessas estratégias como forma de se alcançar a objetividade na produção da notícia:

De fato, tem sido sugerido que esses procedimentos 1) constituem um convite à percepção seletiva, 2) insistem erradamente na ideia de que “os fatos falam por si”, 3) são um instrumento de descrédito e um meio do jornalista passar a sua opinião, 4) são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística, e 5) iludem o leitor ao sugerir que a “análise” é convincente, ponderada ou definitiva. Também não existe uma relação clara entre os objetivos procurados (a objetividade) e os meios utilizados (os procedimentos noticiosos descritos) (TUCHMAN, 1999, p. 89).

A forma do texto, a maneira como o jornalismo se relaciona com outros campos e a perspicácia profissional, que determina o que são fatos indiscutíveis, por meio do que é senso comum, configuram-se, dessa maneira, como um ritual estratégico com o qual os jornalistas se defendem contra eventuais críticas e erros, não sendo nem de longe o resultado de uma reflexão epistemológica do jornalismo como uma forma de conhecimento.

## CONCLUSÕES

A apresentação das respostas para o problema da objetividade jornalística, realizada até aqui, não teve o objetivo de encerrar a discussão, mas sim de explicitar e problematizar duas leituras completamente distintas para a operação realizada pelo jornalismo. No primeiro horizonte, a atividade não consegue acessar os fatos “em si mesmos”, mas, mesmo assim, a objetividade não pode deixar de ser a meta do jornalismo. Desse modo, a obrigação de todo jornalista é se esforçar para se aproximar o máximo possível das ocorrências, independentemente das interpretações subjetivas do profissional. Isso significa que o resultado não será o reflexo ou a revelação “imaculada” da objetividade, mas uma representação, o mais fielmente possível, daquilo que é inacessível por natureza: a realidade primeira.

No exemplo da introdução deste artigo, o relato jornalístico buscou, no contraditório, uma forma de, intersubjetivamente, chegar perto do acontecimento. Afinal de contas, em que condições financeiras, e de conservação do patrimônio público, o Estado do Espírito Santo se encontrava no início do ano de 2019? Mesmo se tratando de uma notícia a respeito de uma declaração, pelo menos em boa parte, verificável na realidade – estratégia utilizada pelas agências de checagem de fatos –, o veículo adotou, como procedimento de aproximação da objetividade, o cruzamento de declarações.

Apresentou-se a interpretação do atual chefe do executivo e também de um representante da gestão estadual anterior. Nesse entendimento, quando mais de um sujeito, com interesses diversos, interpretam o mesmo fato, do mesmo modo, aumentam-se as chances de se estar próximo do que se realiza; de se representar o que, efetivamente, acontece.

O problema mais aparente dessa perspectiva é quando ela encontra leituras divergentes da realidade, como é o caso do nosso exemplo. Sentenças opostas são apresentadas pelo jornalismo com tendo o mesmo peso, restando ao leitor apenas duas opções: ou a postura cética que lhe encerra na dúvida sobre o que ocorre, ou a escolha de uma das duas interpretações, que pode ser realizada a partir de crenças e convicções de ordem pessoal, sem que nenhum elemento “objetivo” participe do julgamento. A questão é que não há garantia de que uma das leituras do fenômeno, apresentada esteja correta. E, para ser ainda mais rigoroso com esse horizonte, nem mesmo a consonância de interpretações de diversos sujeitos para o mesmo acontecimento implica, necessariamente, em fidelidade à realidade primária, já que todas podem estar erradas. Sendo assim, é preciso levar em consideração os riscos inerentes à compreensão *intersubjetiva* do problema da objetividade jornalística.

O entendimento da objetividade como *ritual estratégico* é outro horizonte que pode explicar a estratégia adotada pela notícia descrita no início deste trabalho. Esse horizonte, em vez de pressupor uma visão ontológica para o modo de funcionamento da realidade e uma postura epistemológica, que definiria qual a melhor forma de se acessar os fatos de interesse jornalístico, reduz o problema da objetividade a uma questão meramente formal. Nessa perspectiva, os profissionais da informação não se ocupam em elaborar filosoficamente qual é a natureza da realidade que precisam relatar, não importando se os fatos têm uma determinação anterior ao relato jornalístico ou se a essência das ocorrências é definida, interpretada, complementada, ou mesmo criada pela atividade jornalística. No lugar do problema de ordem ontológica, o que importa é parecer objetivo, de modo a se cumprir exigências capazes de livrar os profissionais da informação dos constrangimentos intrínsecos ao jornalismo.

Com efeito, a apresentação das duas visões sobre a conjuntura do Espírito Santo, no texto do *Gazetaonline*, teria como finalidade não uma revelação, representação ou mesmo interpretação do que realmente ocorreu naquele período, mas, antes, foi uma forma de isentar o jornalista de possíveis responsabilizações sobre o conteúdo publicado. Em vez de busca por uma aproximação do fato “em si”, nessa perspectiva, a objetividade

é uma forma de resguardar o profissional de qualquer implicação que as declarações do governador Casagrande podem causar. É por isso que foi tão importante dar espaço, na mesma proporção, à gestão estadual anterior: a ideia é deixar claro que o jornal não está chancelando nenhuma das duas versões, mas apenas “expondo os fatos”, tais como descritos pelos representantes dos dois mandatos. Como se as declarações valessem por si só e prescindissem de corresponder à realidade, ou pelo menos como se essa não devesse ser a preocupação central do jornalista. Nesse sentido, a objetividade jornalística é entendida como isenção ou neutralidade: o fundamental, no nosso exemplo, é que o profissional apresentou duas possibilidades conflituais para o mesmo fato e abriu aspas e identificou corretamente as fontes, se retirando completamente do relato.

É claro que cada uma das duas leituras provoca consequências distintas para o jornalismo, mesmo que na prática e em termos formais, as notícias resultem em textos muito parecidos: com a apresentação do máximo de versões diferentes existentes, e corretamente identificadas. A diferença é que, no *intersubjetivismo*, o compromisso da atividade jornalística é com os acontecimentos, independentemente de interpretação subjetiva. A presença dos variados pontos de vista é, na verdade, uma estratégia de aproximação com o que ocorreu. Como não resulta de nenhuma compreensão ontológica da existência, para o *ritual estratégico* o que importa, quando se trata de objetividade, é o jornalista se resguardar da exposição e deixar que os fatos “falem por si mesmos”, como se isso fosse uma operação possível. É nesse sentido que se evidencia a importância de embasamento ontológico na antiga, e ainda pertinente, discussão sobre objetividade jornalística.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1996.

BENTELE, G. Wie wirklich ist die Medienwirklichkeit?: Einige Anmerkungen zum Konstruktivismus und Realismus in der Kommunikationswissenschaft. In Bentele, G. & Rühl, M. (Hg.). *Theorien öffentlicher Kommunikation: Problemfelder, Positionen, Perspektiven* Broschiert. MÜNCHEN: Ölschläger, 1993.

GAUTHIER, Gilles; COSTA, Andriolli de Brites da. A verdade: visada obrigatória ao jornalismo. *Estudos em jornalismo e mídia*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 204-215, 2015.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2012.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GUERRA, Josenildo. **O percurso interpretativo na produção da notícia**: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

HENRIQUES, Rafael Paes. O conceito de objetividade segundo os jornalistas de Vitória-ES. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 17., 2019, Goiânia. **Anais [...]**. São Paulo: SBPJor, 2019.

MEYER, Philip. **A ética no jornalismo**: um guia para estudantes, profissionais e leitores. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

MORETZSOHN, Sylvia. “Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 9., 2000, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Campinas: Galoá, 2000.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

TAMBOSI, Orlando. Elementos para uma epistemologia do jornalismo. **Intercom**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 40-52, 2003.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-90.

VALFRÉ, Vinícius. Renato Casagrande: assumimos o estado em condições de precariedade. **Gazetaonline**, Vitória, 11 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3GttP5D>. Acesso em: 13 mar. 2019.

## NOTAS

- 1 Disponível em: <https://bit.ly/3jPfxSY>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- 2 Disponível em: <https://bit.ly/3Gz1Tgu>. Acesso em: 13 mar. 2019.

Artigo recebido em: 13 de fevereiro de 2020.

Artigo aceito em: 24 de outubro de 2021.